

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Cristiano de Lima
Elsi Vaz Landim
Maria Berenice Vaz Landim
Rene Munaro
Vilmar Oliveira

Desvalorização da Profissão dos Artesãos/ãs pela gestão pública no Estado de
Minas Gerais

Belo Horizonte

2015

Cristiano de Lima
Elsi Vaz Landim
Maria Berenice Vaz Landim
Rene Munaro
Vilmar Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Fundação Perseu Abramo e a Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista em Gestão
Estratégica de Políticas Públicas.

Monitora: Marinalva Murça

Belo Horizonte

2015

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	4
1.1 - Contextualização histórica e conceituação	4
1.2 - Importância cultural, econômica e social	5
1.3 - Políticas públicas do artesanato desenvolvidas no Estado de Minas Gerais	7
1.4 – Problematização da temática	8
2. FLUXOGRAMA	11
3. ANÁLISE DOS NÓS ESTRATÉGICOS	123
3.2 - Nó estratégico 02	13
3.3 - Nó estratégico 03	13
4. ÁRVORE DO PROBLEMA	14
4.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas	15
5. PLANO DE AÇÃO	17
PAINEL 5.1 - NE 1 – Desorganização dos Artesãos/ãs	17
PAINEL 2.2 - NE 2 – Artesãos/ãs sem poder de influenciar a agenda	19
6. ANÁLISE DE ATORES	21
PAINEL 6.1-Ação 1 Organização da categoria através de uma Associação Estadual	21
PAINEL 6.2 - Ação 1.2- Organização de fóruns para discussão de temas da categoria.	22
PAINEL 6.3 - Ação 2.1 - Participação massiva em fóruns Institucionais	23
PAINEL 6.4 - Ação 2.2 – Criar mecanismos de divulgação que mostra a importância do setor na geração do trabalho e renda.	24
PAINEL 6.5 - Ação 3.1- Buscar apoio parlamentar que incorpore a luta da categoria.	25
PAINEL 6.6 - Ação 3.2 - Buscar eleger parlamentares oriundos do próprio setor	26
7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES	27
PAINEL 1 – Perguntas orientadoras e análise da equipe	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA¹

1.1 - Contextualização histórica e conceituação

O artesanato na qualidade de atividade caracterizada como resultado de trabalho predominantemente manual teve seu início na era dos homens das cavernas, quando esses indivíduos utilizavam elementos da natureza para fabricar instrumentos utilizados em seu dia-a-dia uma vez que, nesse período não existiam máquinas como temos hoje.

Ao longo dos séculos o homem foi desenvolvendo manualmente ferramentas, instrumentos e obras de arte que foram incorporadas ao seu cotidiano e as quais era atribuído um valor para além do material. Essa atividade de trabalho manual hoje denominada de artesanato era muito valorizada até no contexto histórico que antecedeu a revolução industrial. A partir dela o processo de produção em série fez com que os produtos produzidos manualmente fossem gradualmente substituídos por produtos fabricados em série.

No Brasil, as pequenas comunidades que se desenvolveram ao longo dos rios entre o final do séc. XVIII e o início do séc. XX foram descobrindo formas de sobrevivência a partir da matéria prima que as margens dos rios lhes forneciam e foram dando forma e corpo ao barro que passou a ser utilizado para produzir potes, panelas, colchas e tantos outros utensílios.

Neste trabalho adotamos o conceito de artesanato proposto pelo IBGE (2007), segundo o qual o artesanato pode ser definido como “atividade produtiva caracterizada como trabalho preponderantemente manual, realizada por artesão cujo conhecimento e modos de fazer estão enraizados no cotidiano das comunidades”.

¹ Este artigo constitui Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas promovido pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Universidade Estadual de Campinas. As referências bibliográficas consultadas foram o próprio material disponibilizado na plataforma do curso e alguns artigos e livros selecionados em bancos de dados da internet (SciELO, Portal periódicos da CAPES e Google Acadêmico).

De acordo com Martins (1973) o artesanato assinala um avanço cultural e só apareceu como consequência da divisão de campo ocupacional no período histórico em que a precisão de meios de subsistência e os hábitos de vida em sociedade passaram a exigir maior produção de bens. Dentro dessa perspectiva é relevante destacar o conceito de arte que segundo Martins (1973), pode representar tanto uma forma de produção, quando se desenvolve na procura do útil, quanto uma forma de expressão, quando se desenvolve na procura do belo. A arte possui um grande poder de levar representatividade aos diferentes sujeitos sociais.

1.2 - Importância cultural, econômica e social

Com características peculiares, o artesanato brasileiro é referência cultural para nossa população. Exemplo disso pode ser observado na constatação de que a maioria dos brasileiros reconhece se sentir representado pelo artesanato produzido no Brasil. Com suas diferentes formas, cores e variedades ele dá um significado a arte popular. As diferentes manifestações culturais produzidas pelo artesanato não só dão significado a cultura popular brasileira, como são elementos reflexivos da própria cultura. Por meio do artesanato é possível conhecer uma região, seu povo, seus modos de vida, suas lutas políticas, costumes e tradições.

Por meio do artesanato diversas famílias em situação de vulnerabilidade social complementam suas rendas. Trata-se de uma forma de sustento para uma parcela significativa das famílias mineiras em diversas comunidades, principalmente nas cidades de pequeno porte, e com renda per capita baixa. Exemplo disso pode ser encontrado no Vale do Jequitinhonha, mesorregião do estado de Minas localizada no nordeste do estado. Trata-se de uma região reconhecida pelos seus baixos indicadores sociais e por possuir sub-regiões com características fitosionômicas semelhantes as do sertão nordestino. O artesanato do Vale do Jequitinhonha é fonte de renda para inúmeros artesãos, por meio dele o Brasil foi honrado com o prêmio UNESCO de Artesanato através das bonecas de cerâmica da artesã Isabel Mendes da Cunha, suas peças concorreram com peças do Caribe e da América Latina.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (2010), o artesanato brasileiro representa uma grande e significativa fatia do PIB no país e emprega um grande contingente de trabalhadores no Brasil. São cerca de 8,5 milhões de pessoas, desse total, 87% são mulheres que aprenderam o ofício com as avós e mães. A pesquisa do Ministério nos lembra ainda que o montante movimentado pelo artesanato representa 2,8% do PIB do país, movimentando cerca de 28 bilhões de reais, índices que

equivalem ao movimentado por grandes indústrias no Brasil, como o da indústria automobilística e superior ao movimentado pela indústria da moda, dentre outras. A chamada economia criativa pela UNESCO (criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza) passa a ter significado econômico e cultural.

O Artesanato brasileiro precisa ser considerado como um setor estratégico para a potencialização da economia criativa, pois além de considerado fator de geração de renda tem significados simbólicos para nossa população. Como exemplo disto, podemos citar os artesanatos produzidos pelo mestre Vitalino Pereira, de Pernambuco, que propiciou que seu Estado se tornasse reconhecido no Brasil e no mundo. Quem vê uma peça produzida por esse mestre consegue fazer todo um estudo sociológico do lugar onde ele viveu. Assim também podemos da já referida Izabel Mendes Campos, do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, que caracteriza no seu artesanato as noivas, as mulheres lavadeiras, as donas de casa, espelho de uma região sofrida que vê no casamento um lindo conto de fadas, ou ainda a arte do Mestre Ulisses Mendes que retrata o cotidiano da pequena cidade rural onde vive Itinga - MG, do sofrimento do povo retratado pelo “cristo crucificado”. Da mesma forma, o artesanato produzido no Vale do Jequitinhonha retrata a história do lugar. Pode-se dizer que estudar o artesanato de um determinado povoado ou região nos dá uma visão antropológica do povoado onde ele é produzido. Essa premissa é válida para todo o território brasileiro.

O Artesanato é simbólico, propicia a admiração por quem o vê, permite que os sentidos em relação à arte se misturem com a realidade presente ou passada, nos faz sonhar e provoca-nos reflexões sobre a pobreza, a riqueza, as desigualdades ou simplesmente nos permite contemplar o belo, além de propiciar que uma determinada cidade seja visitada em função da beleza que uma peça de artesanato propicia, gerando lucro para toda uma rede que circunda o fazer artístico como restaurantes, hotéis, bares e ao próprio artesão. Minas Gerais é um estado que se destaca na produção de artesanato. Dornelles (2015) resume a relação entre o estado de Minas e o artesanato “Minas Gerais é o estado onde se encontra o artesanato em sua maior diversidade e variedade. Destacam-se na produção da cerâmica, pela criatividade e esmero técnico, os artesões do Vale do Jequitinhonha e os do Norte de Minas, sobretudo os de Montes Claros, Janaúba e Janaúria, podendo também ser encontrados em outras áreas do estado”.

Em relatório governamental da Superintendência de Artesanato, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, aponta que “Em Minas Gerais, estima-se que existam 500 mil artesãos (IBGE/1999) o estado é responsável por 60% das exportações nacionais (APEX Brasil/2006), sendo que, 10% dos 30 bilhões comercializados no país é referente a venda do artesanato mineiro (MDIC/2006)” .

1.3 - Políticas públicas do artesanato desenvolvidas no Estado de Minas Gerais

Embora o artesanato tenha uma grande importância econômica para o Estado de Minas, somente em 2003, através da lei delegada nº 57, subordinada a Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico regulamentada pelo decreto nº43232, de 27/03/2003, subseção III, é que começa ser organizado o setor como política pública. Criou-se uma superintendência, com duas diretorias: Diretoria de Desenvolvimento do Artesanato e Diretoria de Promoção e Comercialização do Artesanato. Entretanto as nossas pesquisas indicam que as políticas dessas diretorias são promovidas em sistema de parceria, ou seja, não existe um programa de execução direta que busque reforçar o reconhecimento profissional do artesão/ã no estado.

O Estado de Minas Gerais tem uma política tímida em relação ao artesanato, com apenas uma superintendência para atender todo o Estado, que baseia suas ações em parcerias, ora com o próprio Governo do Estado, ora com o Governo Federal e ONGs particulares. Dentre as instituições parceiras, destacamos:

- **Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene:** O Idene é subordinado a Sedinor – Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais. O objetivo do Idene é fortalecer a gestão participativa por meio do fortalecimento das “lideranças” do setor do artesanato. No entanto não encontramos nenhuma ação real que exemplificasse o desenvolvimento desse trabalho na prática, pois constatamos que o trabalho do IIDENE se resume em levar as associações de artesãos para feiras de artesanato (a nível estadual e nacional).
- **Secretaria de Estado de Cultura - Centro de Arte Popular da Cemig:** Espaço destinado a exposição permanente ou provisória do artesanato de Minas Gerais sob a gestão da Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, integrado ao Circuito Cultural da Praça da Liberdade. O Espaço é importante na perspectiva da divulgação e preservação do artesanato mineiro. Guarda um importante acervo do artesanato mineiro, tais como obras de GTO, Artur Pereira, Zefa, Zezinha, Placedina, Ulisses Pereira, Isabel Mendes e Noemiza.
- **Centro de Artesanato Mineiro (CEART- MG) - OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público):** é um centro de comercialização do produto artesanal. Com localização privilegiada no Palácio das Artes. Tem no seu acervo cerca

de 700 expositores, sendo um local de venda importante para o setor do artesanato. O Governo do Estado atua com o Ceart através de convênio e cessão do espaço no palácio das artes.

- **SEBRAE- MG** – Presta serviços de atendimento aos artesãos priorizando a divulgação dos produtos do artesão e promovendo algumas feiras.
- **Governo Federal** – Sistema de informações cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) – busca inscrever o artesão brasileiro num cadastro nacional, que permite a confecção de relatórios consolidados.
- Há também uma série de parcerias anunciadas pela Superintendência do Artesanato, tais como Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor ICCAPE (Privado) – que capacita os artesãos buscando um selo de produção da atividade artesanal, buscando qualificar o artesão para acessar o mercado internacional.

Constatamos que em tanto nas parcerias apresentadas quanto na atuação direta do Governo do Estado não se evidencia a busca pelo fortalecimento da profissionalização e valorização do Artesão. As ações se resumem em: levantamento de dados, busca por reconhecimento e inserção no mercado internacional; exposição do artesanato em feiras; terceirização da venda dos produtos e comemoração do Dia do Artesão. Isso pode ser observado em trecho de um documento emitido pela superintendência em 2014 “Em paralelo trabalhamos com a promoção do artesanato através da participação em eventos nacionais e internacionais de comercialização e exposição dos produtos mineiros”. Observamos que nem o documento nem as descrições das finalidades das parcerias mencionam, ou priorizam a organização da categoria como ação realizada ou a realizar.

1.4 – Problematização da temática

De acordo com os dados apresentados nas seções anteriores, é possível constatar que e que embora o artesanato seja bastante significativo para o estado de Minas as políticas públicas para esse segmento são extremamente fracas e não valorizam a profissão dos artesãos (as), tendo ações pulverizadas que pouco contribuem para a valorização da profissão de forma concreta. Diante disso torna-se evidente a necessidade de uma mediação para que o governo do Estado implante políticas públicas para potencializar o setor e fazer com que o segmento consiga obter maior resultado na área de produção e qualidade do artesanato, entendendo o seu significado e principalmente o resultado financeiro que ele pode trazer aos artesãos. É

necessário potencializar esse segmento entendendo o seu papel social e comercial na geração de trabalho e renda e principalmente agindo em todas as suas etapas, que além das características artísticas também passam pela produção, distribuição e comercialização.

Entendemos que ao discutir esse tema estaremos contribuindo para a orientação de políticas públicas que levem em consideração o interesse dos menos favorecidos, que tem poucos defensores no aparelho do Estado, fazendo com que a reflexão possa potencializar a discussão sobre o tema e provocar uma ação do estado a favor desses sujeitos. Advém ainda o fato de que ao colocar o tema em voga estamos caminhando para provocar rupturas no estado herdado, indicando um caminho de criação efetiva de políticas públicas voltadas para os interesses da população e não apenas a atender a interesses individuais ou de pequenos grupos. O grupo trabalha com o problema da falta de reconhecimento da importância do profissional Artesão para o desenvolvimento econômico e cultural no estado de Minas Gerais e por consequência a desvalorização da profissão.

A gestão pública estadual, neste caso, necessitaria ser convencida, talvez pelos próprios artesãos, que tanto a profissão quanto seus produtos podem ser alternativas para um desenvolvimento econômico e cultural através da implantação de políticas de fomento que apoiem as práticas artesanais de forma regionalizada e descentralizada. Os resultados esperados vão desde a facilitação da comercialização dos produtos artesanais por meio do incentivo através de micro crédito até a simples ocupação de espaços ociosos pelos profissionais da área. Dessa forma esses profissionais poderão exercer seu ofício e a sentirem-se incluídos como cidadãos de direito.

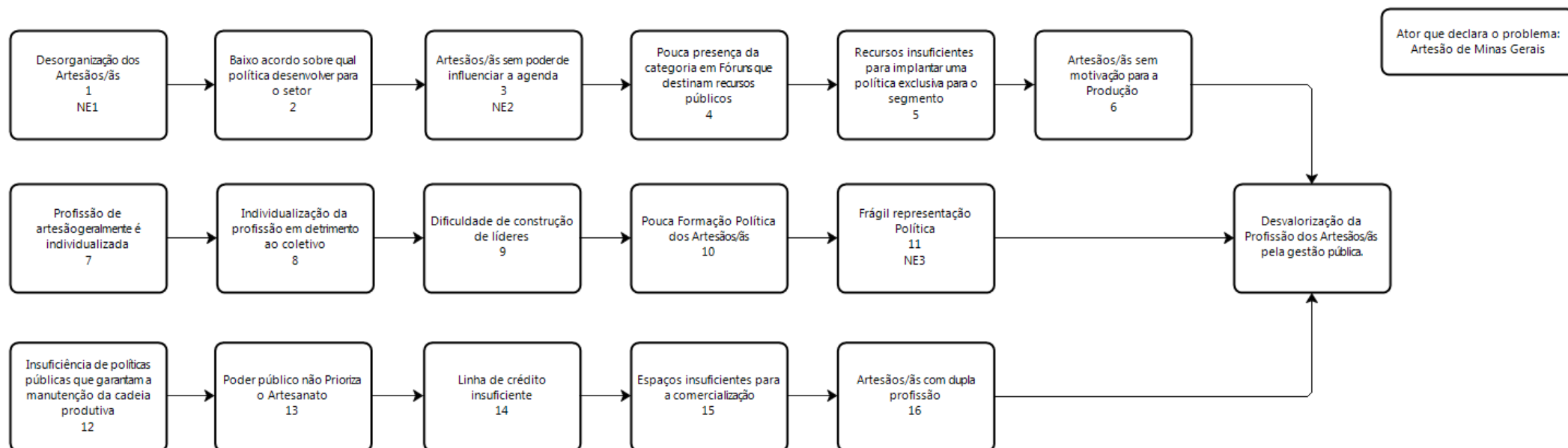
Destacamos que dentro da problemática apresentada aqui, reconhecemos que a falta de políticas públicas adequadas para o setor não é o único problema uma vez que o artesão também precisa se conscientizar a respeito da necessidade de enfrentamento e busca por soluções para a questão. Partiremos de uma situação hipotética na qual a gestão pública se compromete com o diálogo e com o fomento à cultura.

Partindo da premissa de que o governo está aberto ao diálogo e se mostra parceiro para equacionar o problema passaríamos então a receber a agenda da categoria e levá-la a fundo em um conjunto de secretarias dando conta da efetivação de algumas políticas com o objetivo final da valorização da profissão do artesão. Teríamos então uma avaliação positiva uma vez que o governo estaria se comprometendo com o trabalhador que constrói e expressa sua cultura através da profissão, que a comercializa em pontos estratégicos gerando trabalho e renda, desenvolvimento e reconhecimento da importância do artesanato no estado. Essa iniciativa irá marcar positivamente a gestão pública que receberá um reconhecimento favorável da sociedade uma vez que foi a própria gestão que propôs a agenda após ter

identificado a demanda da categoria. Isso irá chamar a atenção para a referida gestão por ter assumido algo que até então não havia sido priorizado por governos anteriores. Paralelamente o artesão resolve suas necessidades; vislumbra um novo caminho para a organização, conhecimento e capacitações; se obriga a organizar-se em associações para melhor dialogar com o governo e sociedade e assim acaba por equacionar definitivamente o problema inicial.

A opinião pública passa a ver a profissão do artesão não mais excluída, mas como uma tarefa útil e valorizada na sociedade com sua capacidade de fomentar o desenvolvimento cultural do estado e a geração do trabalho e renda.

2. FLUXOGRAMA



3. ANÁLISE DOS NÓS ESTRATÉGICOS

O trabalho do artesão/ãs é, pela própria natureza, individualizado, pois exige concentração e cada artesão assina a sua peça. Primeiro colhe-se a matéria-prima que pretende desenvolver como artesanato, depois há um isolamento próprio para que a arte possa ser desenvolvida, pensada e construída de forma que agrade os olhos e apaixone o comprador. Essa construção individualizada por si só já torna difícil a organização de uma categoria. No Estado de Minas Gerais, as diversas associações de artesãos são de cunho da municipalidade e preocupam-se muito em defender apenas que as prefeituras locais consigam meio de transporte para as feiras que acontecem no país.

Como não há uma organização social da categoria no Estado com maior força e que tenha influência em todas as regiões do Estado, os artesãos/ãs detêm pouco poder para influenciar uma agenda que provoque os agentes políticos a construção de uma política pública que possa beneficiar toda categoria. Na maioria das vezes, os agentes públicos que procuram as associações caminham por atender uma demanda extremamente individualizada ou por associação e não a necessidade de uma categoria, até porque não existe essa demanda coletiva apresentada ao poder público. Ao não ter uma demanda coletiva apresentada, uma pauta coletiva que possa ser apresentada aos representantes do poder público, fica deficitária a atuação do Estado para implantar uma política que atenda todo o segmento.

Dessa forma a sobrevivência dos artesãos/ãs apenas por meio do artesanato torna-se difícil, pois não conseguem recursos do Estado para financiamento, para participação em feiras, para expor e vender os seus produtos, levando os mesmos a procurar uma segunda profissão que possa ajudar no sustento da família.

Como a categoria não tem o Estado como seu avaliador, a segunda profissão acaba sendo necessária para que cada artesão utilize o campo, a faxina, a sala de aula, e inúmeros outros caminhos como forma de garantir o sustento diário da família.

A busca então por representação política parlamentar identificada com a categoria passa a ser uma causa da desvalorização da profissão por parte da gestão pública uma vez que não há quem defenda os interesses do setor. Formar e eleger seus representantes passa a ser estratégico, mesmo que em a médio e longo prazo este problema seja trabalhado.

3.1 - Nó estratégico 01

Quanto ao Nó estratégico um (1), entendemos que com a organização da categoria através de uma associação corporativa em âmbito estadual, com a organização e realização de Fóruns de participação e discussão relativos aos temas da categoria e sua organização de uma política de comunicação clara terá a profissão uma melhor organização culminando em sua valorização.

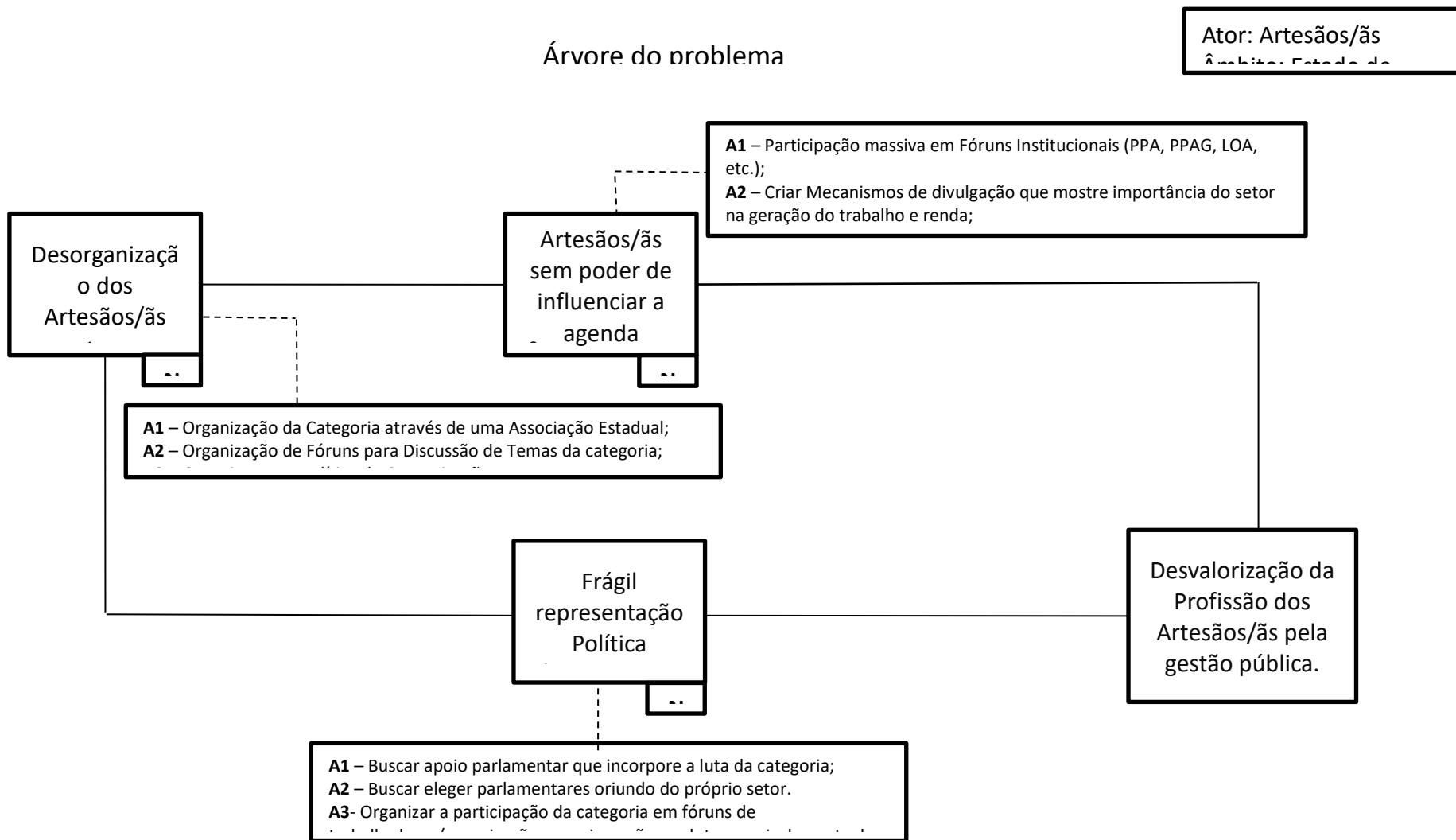
3.2 - Nó estratégico 02

No que diz respeito ao Nó Estratégico dois (2), sugerimos a participação da categoria em fóruns governamentais como conferências, planos plurianuais de políticas e todos os outros relativos à categoria bem como criar mecanismos de divulgação que mostre ao poder público a importância do setor na geração de trabalho e renda.

3.3 - Nó estratégico 03

Por fim, o Nó Estratégico três (3) espera como ações a partir da resolutividade desta situação-problema, buscar melhorar a representatividade política no parlamento e em organizações de trabalhadores, bem como politizar o problema através da formação política permanente da sua categoria.

4. ÁRVORE DO PROBLEMA



4.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
NE 1 – Desorganização dos Artesãos/ãs	<p>A1 – Organização da Categoria através de uma Associação Estadual;</p> <p>A2 – Organização de Fóruns para Discussão de Temas da categoria;</p> <p>A3 – Organizar uma Política de Comunicação</p>	<p>R1 – com a organização da categoria em uma associação estadual os artesãos passarão a ter uma agenda unificada fazendo com que possam dialogar com Estado e Artesãos em busca de soluções para o problema.</p> <p>R2 – Através da organização de fóruns de debate e de encontros, a categoria passará a discutir o problema e encaminhar soluções conjuntas;</p> <p>R3 – Com a política de comunicação encaminhada, os Artesãos/ãs terão uma ferramenta de diálogo com a sociedade para construir a imagem da profissão e por consequência sua valorização.</p>
NE 2 – Artesãos/ãs sem poder de influenciar a agenda	<p>A1 – Participação massiva em Fóruns Institucionais (PPA, PPAG, LOA, etc.);</p> <p>A2 – Criar Mecanismos de divulgação que mostre importância do setor na geração do trabalho e renda;</p> <p>A3 – Defender a criação de um dia estadual do Artesão para fortalecer a identidade visual do setor.</p>	<p>R1 – Com a participação organizada em Fóruns institucionais, prevemos a conquista de uma respeitabilidade pela sociedade e o poder público fazendo com que a profissão possa ser reconhecida e valorizada;</p> <p>R2 – o Estado sabedor que o</p>

		<p>artesanato gera emprego e renda atraindo turismo e desenvolve o próprio Estado, passará a apoiar e valorizar a profissão;</p> <p>R 3 – O “dia do Artesão” será motivo não só de reconhecimento da categoria mas também de reflexões e avaliações sobre os avanços e desafios da categoria para o futuro.</p>
<p>NE 3 – Frágil representação Política</p>	<p>A1 – Buscar apoio parlamentar que incorpore a luta da categoria;</p> <p>A2 – Eleger parlamentares oriundos do próprio setor.</p> <p>A3 - Organizar a participação da categoria em fóruns de trabalhadores/organizações para inserção nas lutas gerais da pauta dos artesãos.</p>	<p>R1 - Com a parceria do parlamento Estadual terá a categoria o apoio em projetos de Lei que vislumbrem as garantias para o desenvolvimento da profissão;</p> <p>R2 - Eleger parlamentar com total compromisso com a categoria;</p> <p>R 3 - Ao estar organizados nestes fóruns de trabalhadores e com o Estado já incentivando o trabalho da categoria, passam os artesãos a se dedicarem exclusivamente ao trabalho artesanal.</p>

5. PLANO DE AÇÃO

PAINEL 5.1 - NE 1 – Desorganização dos Artesãos/ãs

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
1.1 - Organização da categoria através de uma associação Estadual.	1.1.1 – Reunir um coletivo de artesãos dispostos a construção da entidade.	Aparelho telefônico, Material impresso, Locação de espaço amplo para o encontro, sonorização e acomodações.	Um mês	Artesãos declarantes do problema.
	1.1.2 – Eleger uma direção da entidade.	Não se aplica.	Um mês	Coletivo de artesãos.
	1.1.3 – Criar uma sede para a associação.	Locação de uma sala mobiliada e equipada com telefone.	Dois meses	Direção da associação Estadual.
	1.1.4 – Criar política financeira autossustentável.	Confecção de carnês, ou de boletos bancários.	Entre dois e doze meses	Direção da associação Estadual.
1.2 - Organização de fóruns para discussão de temas	1.2.1 – Criar o 1º Seminário Estadual de Artesãos Independentes	Locação de espaço físico para 300 pessoas; sonorização e matérias de	De Três a cinco meses	Direção da Associação Estadual.

da categoria.		divulgação.		
1.3 - Organização uma política de comunicação	1.3.1 – Instituir um informativo impresso para divulgação das ações da categoria	Contratação de empresa especializada no setor.	E seis a doze meses.	Direção da Associação Estadual.
	1.3.2 – Criar e alimentar espaços nas redes sociais e nas mídias virtuais para divulgar as ações da categoria.	Equipamentos de informática.	Entre dois e seis meses	Direção da Associação Estadual.

PAINEL 2.2 - NE 2 – Artesãos/ãs sem poder de influenciar a agenda

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
2.1 – Participação massiva em fóruns Institucionais (PPA, PPAG, LOA, etc.)	2.1.1 – Formar cadastro Estadual de artesanato	Ligações telefônicas às prefeituras e Artesãos independentes e Planilhamento dos dados.	De dois a seis meses	Direção da Associação Estadual.
	2.1.2 – Mobilização para os encontros	Telefone e redes sociais	De dois a doze meses	Direção da Associação Estadual.
2.2 – Criar mecanismos de divulgação que mostra a importância do setor na geração do trabalho e renda	2.2.1 – Apresentarmos informativos e nas redes sociais, dados e números que demonstram o quanto é importante a função social do artesanato no estado de MG.	Pesquisa e exposição dos dados.	E seis a doze meses	Direção da Associação Estadual.

2.3 – Defender a criação de um dia Estadual do Artesão para fortalecer a identidade visual do setor	2.3.1 – Propor ao parlamento mineiro a criação do Dia o Artesão, promovendo debates e fortalecendo a identidade da categoria.	Não se aplica	de seis a doze meses	Direção da Associação Estadual. Frente parlamentar em defesa do artesão.
---	---	---------------	----------------------	---

PAINEL 5.3 - NE 3 – Frágil representação Política

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
3.1 - Buscar apoio parlamentar que incorpore a luta da categoria	3.1.1 – Propor ao parlamento estadual a criação de uma Frente parlamentar em defesa do Artesão mineiro	Não se aplica	E três a seis meses	Direção da Associação Estadual.
3.2 – Buscar eleger parlamentares oriundos do próprio setor	3.2.1 – Construir líderes que conheçam as demandas e as defendam	Capacitações permanentes	De dois a doze meses	Todos os artesãos envolvidos
	3.2.2 – Apresentar e indicar nomes às disputas eleitorais com compromisso com a categoria	Não se aplica.	E um a quatro anos	Todos os artesãos envolvidos

6. ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 6.1 - Ação 1.1 Organização da categoria através de uma Associação Estadual.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Artesãos do Estado de MG	Poder de mobilização	Falta de recursos financeiros	Organizando de forma democrática e participativa uma Associação forte.	Com disputas desnecessárias e precoces.	Não se aplica.
Opinião Pública	Disseminação da informação	Fazer chegar a proposta como uma ação que beneficie todos os cidadãos mineiros.	Fortalecer o conceito do Artesanato e que a construção da Associação enriquece o Estado (do ponto de vista cultural e financeiro)	Voltando-se contra a proposta.	Uso generalizado de meios de comunicação e redes sociais.

PAINEL 6.2 - Ação 1.2- Organização de fóruns para discussão de temas da categoria.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção da Associação de Artesãos do Estado já constituída.	Poder de Mobilização e contribuições financeiras de sócios.	Baixo poder de comunicação com o público alvo.	Construindo parcerias com órgãos governamentais.	Tentar executar seus planos sem a ajuda e apoio de outros parceiros.	Fiscalização constante.
Governo do Estado	Orçamento Público	Distribuição de recursos em Projetos não avaliados anteriormente.	Incluir na agenda uma política de cooperação com a direção da Associação de Artesãos do Estado.	Deixar de receber os representantes da Associação de Artesãos do Estado para apresentação da demanda.	Buscar o diálogo e parcerias para a realização dos Fóruns.

PAINEL 6.3 - Ação 2.1 - Participação massiva em fóruns Institucionais (PPA, PPAG, LOA, etc.).

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção da Associação de Artesãos do Estado.	Poder de Mobilização e de convencimento.	Financeiras	Participar de forma ativa e organizada com plano de metas pré-estabelecido.	Participar dos fóruns de forma desorganizada.	Fiscalizar os procedimentos preliminares de ação.
Governo do Estado	Organização e direcionamento destes fóruns de participação.	Não se aplica	Propor fóruns democráticos e respeitando decisões populares.	Não compartilhar decisões com os agentes populares envolvidos.	Tentando estabelecer um canal de diálogo permanente.
Sociedade Civil	Opinião pública.	Indiferença com a agenda.	Participar e valorizar.	Ficar isento ou indiferente.	Reforçar conceitos e valores do Artesanato Mineiro.

PAINEL 6.4 - Ação 2.2 – Criar mecanismos de divulgação que mostra a importância do setor na geração do trabalho e renda.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção da Associação de Artesãos do Estado.	Dados estatísticos sobre a geração de trabalho e renda através do Artesanato.	Falta de equipe técnica para sistematizar os dados colhidos.	Ter concluído um plano Estadual de políticas para o desenvolvimento econômico e cultural através do Artesanato.	Apresentar dados insuficientes e que não convença os outros atores da importância da categoria na sociedade.	Forçar a conclusão do Plano Estadual de políticas para o desenvolvimento econômico e cultural através do Artesanato.
Governo do Estado	Orçamento Público	Ausência de política específica ao setor produtivo manufaturado.	Construção de Políticas de Crédito ou microcrédito; Espaços para comercialização dos produtos.	Deixar de receber a agenda dos profissionais do Artesanato Mineiro.	Tentando estabelecer um canal de diálogo permanente.

PAINEL 6.5 - Ação 3.1- Buscar apoio parlamentar que incorpore a luta da categoria.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Direção da Associação de Artesãos do Estado.	Alto poder de concentração e mobilização.	Identificação de parlamentares concretamente ligados a área.	Buscar o Diálogo com os parlamentares apresentando seus planos para o desenvolvimento da profissão no Estado.	Apresentar um Plano de Metas fraco e sem poder de convencimento.	Acompanhar todos os procedimentos para que a apresentação seja completa e bem sucedida.
Parlamentares (Deputados Estadual, Federal e Vereadores)	Possibilidade de espaços de discussão e de criação de leis em apoio à causa.	Incluir na agenda dos gabinetes uma pauta ainda sem resultados.	Somando-se ao diálogo com o Poder executivo; construindo espaços de discussão e debate sobre o tema; construindo, regulamentando e aprimorando Leis que favoreçam a profissão;	Usar o movimento de artesãos do estado como “massa de manobra” visando ganho político e eleitoreiro.	Identificar parlamentares comprometidos com o Artesanato mineiro ou em resultados secundários como geração de trabalho e renda, por exemplo.

PAINEL 6.6 - Ação 3.2 - Buscar eleger parlamentares oriundos do próprio setor

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Artesãos do Estado de Minas Gerais	Influência e inserção Estadual na área	Financeiro	Aproximando-se e defendendo as causas e bandeiras do Artesanato Mineiro.	Ser autossuficiente.	Convencê-los que para alcançar o resultado é necessária uma construção coletiva.
Direção da Associação de Artesãos do Estado	Relação direta com um número enorme de artesãos em todo o Estado.	Vinculação partidária.	Dialogar com possíveis candidatos (as) a fim de escolher um (a) único representante para o próximo pleito.	Envolvendo-se no pleito de forma neutra.	Acompanhar suas ações em busca de líderes e possíveis representantes.

7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 1 – Perguntas orientadoras e análise da equipe

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1. As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não, todas as tentativas de equacionamento dos nós estratégicos visam a valorização da profissão do artesão no Estado de Minas Gerais.
2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	A não aceitação da agenda por parte do Poder Executivo pode gerar um grande desgaste político podendo ainda criar conflitos e tornar efeitos negativos aos objetivos dos artesãos.
3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O maior ponto fraco é a organização inicial. A formação de uma entidade representativa. Sem a construção dela ou organizada de forma fragilizada, todos os próximos passos ficariam comprometidos.
4. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Sim, dentro do previsto nas ações para o equacionamento do problema os recursos foram pensados de forma sustentável.
5. De forma geral a equipe avalia ao final que o Plano de Ação é viável e pode efetivamente solucionar o problema escolhido?	Sim, totalmente viável. Elaboramos os planos com vista nas ações, o grupo avalia que outras ações poderiam colaborar com o êxito da resolução do problema, no entanto, com o plano executado de forma comprometida as ações previstas darão conta para a resolução do problema.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho considerou como ator que declara o problema o próprio artesão, pois entendemos que partir do ator que vivencia o problema facilitaria a busca por soluções que contemplassem as reais necessidades da categoria. Entendemos esse trabalho como um exercício fictício, portanto as premissas aqui levantadas tem um caráter de hipótese, podendo ser verdadeiras ou não dependendo do ponto de vista de quem analisa, pois sabemos que cada ator pode ter um ponto de vista diferente sobre o mesmo problema.

O grupo entendeu que fazer um fluxograma sem uma introdução deixaria o trabalho incompleto dificultando a compreensão do problema apresentado por pessoas que não participaram do processo de elaboração e análise dos dados. No nosso fluxograma principal escolhemos os nós explicativos pensando em uma categoria que precisa se organizar, influenciar o orçamento do Estado e indicar para a sociedade a importância do investimento do governo estadual no setor.

Concluimos que os artesãos enquanto categoria só conseguirão mudar a realidade atual com organização social e a apoio político e entendemos que uma categoria, para se organizar, precisa discutir no seu seio esse processo e contar com pessoas que tenham compromisso com a causa, sejam elas do setor, da política, do governo ou de outro segmento da sociedade. Para isso um passo importante já foi dado no Congresso Nacional através do reconhecimento da profissão do artesão, por meio da lei 13.180 sancionada pela presidente Dilma. Entretanto, compreendemos que o processo de luta não deve dar-se por esgotado em função dessa lei, ao contrário, essa luta precisará ser cada vez mais aprimorada no sentido de garantir a valorização dessa importante categoria na geração de renda, de postos de trabalho e na economia do Estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Roberto. **Políticas Sociais:** Como localizá-las, proceder a sua avaliação e superar deficiências em sua prática social. Apostilado, ECA/USP, 1998.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Desenvolvimento da produção. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/>> Acesso em 18 ago.2015.

CARVALHO, Adérito Távora. **Arte-ofício do Povo, Artesanato.** Belo Horizonte - MG, 2001.

DORNELLES, Maria Amélia. **Artesanato Mineiro.** Belo Horizonte: [s.n], 2015. 2 p. Catálogo de exposição. 1-30 jun.2015, Galeria do Memorial Minas Gerais Vale.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de informações Básicas Municipais.** Perfil dos municípios brasileiros. Cultura. 2006. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores > Acesso em 10 jun.2015.

MARTINS, Saul. **Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato.** Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1973.

OLIVEIRA, Vilmar. **Descendo o Rio, os caminhos da cerâmica no Vale do Jequitinhonha,** Belo Horizonte - MG, 2007.

SCOTT, Allen J. **The cultural economy of cities.** EUA: Blackwell Publishers, 1997.

SILVA, J. C. F. **Políticas Públicas no Vale do Jequitinhonha:** A difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: Alpharrabio Livraria e Editora, São Caetano do Sul, SP: Universidade IMES, 2005, 120.